

A TERRITORIALIZAÇÃO DA VIA CAMPESINA NO BRASIL: UMA LEITURA GEOGRÁFICA DE SUAS AÇÕES TERRITORIAIS

LA TERRITORIALIZACION DE LA VÍA CAMPESINA EN BRASIL: UNA LECTURA GEOGRÁFICA DE SUYAS ACCIONES TERRITORIALES.

Leandro Nieves Ribeiro –UNESP, Presidente Prudente

leandro.nieves@gmail.com

Resumo

A Via Campesina é um movimento internacional que articula 150 organizações e em 70 países e se considera como um movimento autônomo, pluralista e multicultural, sem nenhuma filiação política, econômica ou de qualquer outro tipo e com relação horizontal. Esse movimento vem se constituindo como um dos principais movimentos camponeses na atualidade, e com suas ações e campanhas vem destacando-se no cenário mundial através de manifestações confrontando as organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), e da ocupação de fazendas ligadas às empresas multinacionais, como a Monsanto, a Syngenta Seeds, Votorantim e entre outras. No Brasil, com o histórico de conflitos e da luta pela terra, materializado sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pretendemos analisar a atuação da Via Campesina. Partiremos das ações territoriais – ocupação e manifestação - da Via Campesina no Brasil de 2000 a 2010 em base do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) para compreender a luta pela/na terra e da resistência camponesa desse movimento frente aos avanços da modernização da agricultura. Focaremos uma análise sobre as ações realizadas pelo calendário de lutas criado pelo movimento, a fim de, identificar o motivo dessas datas e se são realizadas no cenário brasileiro e com qual intensidade acontecem.

Palavras Chaves: Geografia Agrária, Movimentos socioterritoriais, Via Campesina, ocupação de terras, manifestação. /ação territorial,

Resumen

La Vía Campesina es un movimiento internacional que coordina 150 organizaciones y 70 países y es considerado como un movimiento autónomo, plural, multicultural, sin ninguna afiliación política, económica o de cualquier otro tipo y horizontales relación. Este movimiento se ha constituido como uno de los principales movimientos campesinos de hoy, y con sus acciones y campañas han puesto de relieve en el escenario mundial a través de manifestaciones que se enfrentan las organizaciones multilaterales como las Naciones Unidas (ONU), y la ocupación de las fincas vinculados a empresas multinacionales como Monsanto, Syngenta Seeds, Votorantim y entre otros. En Brasil, con la historia de los conflictos y la lucha por la tierra, se materializó en el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), tenemos la intención de analizar el rendimiento de Via Campesina. Salimos de las acciones

territoriales - ocupación y la manifestación - la Vía Campesina en Brasil desde 2000 hasta 2010 sobre la base de la base de datos de lucha por la tierra (DATALUTA) para entender la lucha por / en la tierra y la resistencia campesina a esta avance avances de la modernización la agricultura. El análisis se centrará en las medidas adoptadas por el calendario luchas creado por el movimiento con el fin de identificar el motivo de estas fechas y se celebrará en el escenario brasileño, y con lo que sucede intensidad.

Palabras claves: Geografía Agrícola, movimientos socio-territoriales, Via Campesina, ocupación de tierras, manifestación. / Acción Territorial,

Eixo de inscrição: Movimentos Sociais no Campo e Luta pela Terra

Introdução

Esse artigo é um esboço para os capítulos iniciais da dissertação de mestrado¹ no Programa de Pós-Graduação em Geografia na UNESP de Presidente Prudente sobre a atuação da Via Campesina no Brasil. A principal proposta deste artigo é contribuir para os estudos dos movimentos socioterritoriais através das ações territoriais da Via Campesina no Brasil em base do Banco de Dados do DATALUTA.

La Vía Campesina é um movimento internacional que articula 150 organizações em 70 países e se considera como um “movimento autônomo, pluralista e multicultural, sem nenhuma filiação política, econômica ou de qualquer outro tipo” (VIA CAMPESINA, 2011). O objetivo da Via Campesina é de estabelecer uma articulação, comunicação e uma coordenação de atividades em comum a nível mundial e regional. Dessa forma, esse movimento internacional articulador de outros movimentos é considerado como um “processo novo e surpreendente” (VIEIRA,2011,p.174) nos levando a questionar as condições históricas que levaram a criar uma organização que ignora fronteiras, diversidade culturais e escalas? Qual a finalidade desse movimento e que movimentos participam dessa organização? Que forma organiza-se esse movimento? Quais as bandeiras do movimento? Contra quem são organizadas suas ações? Qual o impacto desse movimento no cenário brasileiro? Buscaremos responder algumas dessas questões nesse artigo.

Segundo Fernandes (2012) a proposta de criar a Via Campesina surge quando os líderes de movimentos camponeses de diversas regiões reuniram-se no II Congresso da UNAG

¹ A pesquisa é orientada pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano, membro dos grupos: NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - e CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho da Universidade Estadual de São Paulo-UNESP - Campus de Presidente Prudente.

– Unión Nacional de Agricultores y Granaderos de Nicaragua, no ano de 1992 na cidade de Manágua (Nicarágua). Nesse congresso houve a intenção de criar um projeto coletivo para confrontar o neoliberalismo. De acordo com Desmarais (2007) o documento produzido no evento, denominado de Declaração de Manágua, destaca exatamente a necessidade de unirem os movimentos europeus e americanos, a fim de que suas vozes e propostas sejam ouvidas por aqueles que “querem usurpar o direito de cultivar a terra e garantir a dignidade de nossas famílias” (p.98, tradução nossa). No entanto, a oficialização do movimento ocorre um ano após o encontro, com a realização em Mons (Belgica) de um encontro com 46 líderes.

Segundo Vieira (2011), o contexto que culminou na formação da Via Campesina Internacional, refere-se aos anos 80, cuja época proporcionou uma intensa mercantilização e internacionalização da agricultura concentrando o sistema de produção² de alimentos em apenas algumas empresas multinacionais e também na distribuição³ dos produtos. Salienta a autora que esse processo culminou na homogeneização do consumo de alimentos dessas poucas empresas.

Outro desdobramento que reflete a perversidade do processo é o desencadeamento da concentração de terras, o êxodo rural, o empobrecimento dos camponeses e também da sua “total dependência” com as multinacionais (VIEIRA, 2011, p.173). Ainda destaca a autora que a intensificação da industrialização da agricultura – caracterizado como a produção em larga escala, a padronização mundial dos produtos e a concentração da produção nas empresas multinacionais - são consequências das políticas capitalistas que crescem incorporando e subordinando todas as regiões, inclusive o mundo rural a essa lógica capitalista (VIEIRA, 2011).

No entanto, no final do século XXI, a lógica passou a incorporar novos processos, sobretudo, “a financeirização global da atividade agrícola, a privatização e concentração de bens historicamente considerados públicos ou comunais como a terra, a água e o patrimônio genético” (VIEIRA, 2011, p.179). Deste modo, como consequência e resposta ao avanço das estratégias perversas de subordinação e desarticulação do campesinato ocorreu o “ressurgimento dos movimentos em vários países e regiões do

² Vieira (2011) afirma que a produção de alimentos é gerada por duas formas: uma pela própria empresa e a outra pela subcontratação de agricultores levando os a integrar ao mesmo sistema e levando os pequenos agricultores a total subordinação.

³ Além dos desdobramentos no modo de produção, tais mudanças afetariam também a circulação e o consumo de alimentos no mundo (VIERA, 2011).

mundo” e a partir da própria possibilidade de “articulação, contato e intercâmbio” desenvolveu-se uma organização a nível global: a Via Campesina (VIEIRA, 2011, p.174). Ribeiro & Sobreiro Filho (2012) destacam a relação dialética que culminou na Via Campesina e da necessidade de unir-se a outros movimentos contra o poder hegemônico do capital:

[...] a Via Campesina surge como produto das relações dialéticas produzidas pelo capitalismo, ou seja, é expressão da conflitualidade intrínseca à existência e reprodução das relações capitalistas. Portanto, a Via Campesina tem em sua criação as marcas da exasperação da questão agrária e também da necessidade da articulação de diferentes e diversos movimentos camponeses e indígenas na luta contra o capital (p.4).

A relevância de estudar as ações da Via Campesina deve-se pela importância do movimento como um dos principais movimentos camponeses na atualidade justamente por possuir estratégias combativas e organizacionais diferentes de outros movimentos. E com suas ações territoriais vem destacando-se no cenário mundial através de manifestações confrontando as organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU); e da ocupação de fazendas ligadas às empresas multinacionais, como a *Monsanto*, a *Syngenta Seeds*, *Votorantim* e entre outras.

Através do DATALUTA, propomos analisar as ações territoriais da Via Campesina e de suas ações coletivas que compõem um calendário de lutas internacional, a fim de, analisar se essas ações possuem representatividade no Brasil.

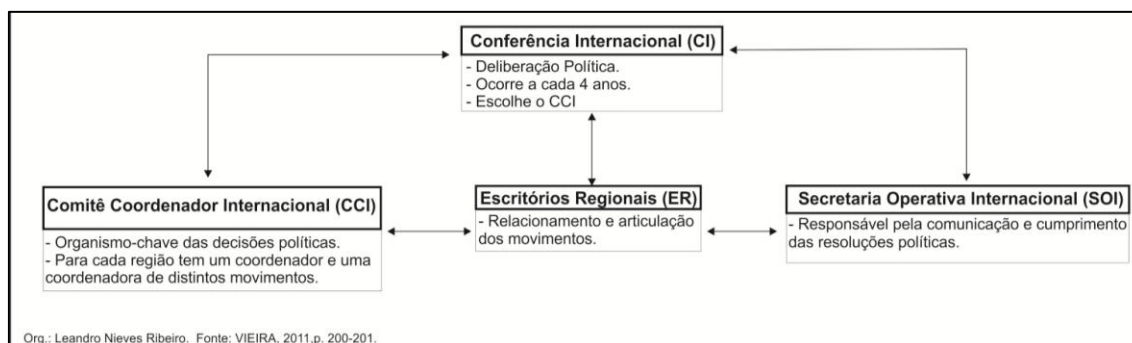
O artigo estrutura-se da seguinte forma: primeiro, atentaremos a estrutura do movimento no sentido de que forma organizam-se e como funciona sua estrutura; em segundo, a materialização da Via Campesina, partindo de algumas antigas experiências de organização internacional que impulsionaram a organização do movimento, das bandeiras defendidas pelo movimento e de suas primeiras ações; e em terceiro, analisaremos no contexto brasileiro as ações da Via Campesina no Brasil e quais movimentos brasileiros a compõem e aplicaremos uma leitura geográfica.

E por ultimo, abordaremos a atuação da Via Campesina no Brasil a partir do seu calendário de lutas internacionais, composto por três datas (Dia Internacional da Mulher, Dia Internacional da Luta pela Terra e Dia Internacional de Luta contra a OMC e o Neoliberalismo), em base do banco DATALUTA de 2000 a 2010, e quais os motivos dessa data e que tipo de ações realizam.

Estrutura organizativa da Via Campesina Internacional

A Via Campesina se organiza em 4 grupos, conforme o organograma 1: a Conferencia Internacional (CI), o Comitê Coordenador Internacional (CCI), os Escritórios Regionais (ER) e a Secretaria Operativa Internacional (SOI).

Organograma 1 – Estrutura organizativa e funcional da Via Campesina



De acordo com Fernandes (2012) a Conferencia Internacional (CI) é o principal órgão da Via Campesina por ser nessa que se delibera as políticas do movimento, reunindo-se a cada 4 anos em lugares diferentes a fim de atingir todas as regiões. O movimento realizou ao todo seis CIs⁴ sendo a ultima em Jakarta na Indonésia em junho de 2013.

O Comitê Coordenador Internacional (CCI) é escolhido a cada CI, sendo as 8 regiões representadas por um coordenador e uma coordenadora de distintos movimento com intuito de dividir as responsabilidades. De acordo com Desmarais:

[...] cada coordenador deve refletir as necessidades, concepções e decisões da sua própria região. É apenas através das extensas comunicações e consultas que os coordenadores regionais ganham autoridade para apresentar posições e resoluções ao CCI. Para a Via Campesina, as regiões são os pontos centrais de interseção entre as comunidades e as lutas nacionais e internacionais (2007, p. 30 apud, VIEIRA, 2011, p.201).

A rotação dos coordenadores foi destacada por Martínez-Torres & Rosset (2010) demonstrando a força do movimento a partir da coletividade e que é comum nos movimentos latinos americanos. E segundo o autor, isso contribui para reduzir o individualismo, da personificação das lideranças e ate de um clientelismo dos lideres do movimento com alguma empresa, presidente ou partido político que possam desvirtuar ou comprometer a luta do movimento. Esses aspectos eram comuns nas antigas gerações dos movimentos camponeses e a criação da Via Campesina buscou exatamente evita-lá, favorecendo a coletividade.

⁴ A Conferencia ocorreu em Mons (Belgica), Tlaxcala (México), Bangalore (Índia), São Paulo (Brasil), Maputo (Moçambique). O ano de cada evento é respectivamente: 1993, 1996, 2000, 2004 e 2008.

Já os Escritórios Regionais (ER) possibilitam as relações e as articulações em cada região, denominado de “trabalho central” da Via Campesina. E por fim, a Secretaria Operativa Internacional (SOI) é responsável pela comunicação e pelo cumprimento das resoluções políticas. Dentro dessa estrutura ligam-se os movimentos de bases camponesas na organização do movimento, proporcionando o movimento necessário para engrenar a Via Campesina. Desse modo, entende-se que a Via Campesina está estruturada na forma horizontal, ou seja, sem hierarquias, possibilitando a participação de todos os movimentos articulados nas deliberações políticas. E cuja estrutura foi escolhida a partir de uma outra organização latino americana, a CLOC - *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones Del Campo*⁵. No próximo tópico destacaremos algumas dessas influências latino americanas e da materialização do movimento com suas ações na sociedade.

Materialização da Via Campesina: experiências, bandeiras e as primeiras ações.

Desmarais (2007) afirma que a Via Campesina não apareceu do nada, mas sim, materializou-se através de uma identidade em comum opondo-se a organizações predominantes como a ONU (Organização das Nações Unidas) a Ifap⁶ (Federação Internacional dos Produtores Agrícolas), empresas multinacionais (por exemplo, a Monsanto) e até de ONGs.

O surgimento da Via Campesina é resultado de uma série de protestos em diversas regiões questionando as novas relações do capitalismo, levando a organização de. Vieira (2011) destaca que na América Latina, a campanha de “500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular” foi importante no processo de consolidação do movimento, organizando encontros com movimentos latino americanos e resultando, inclusive, na criação da CLOC em 1994.

⁵ Segundo a apresentação da CLOC (200?) no site: “La Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC-Vía Campesina) , es una instancia de articulación continental con 16 años de compromiso constante con la lucha social que representa a movimientos campesinos, de trabajadores y trabajadoras, indígenas y Afrodescendientes de toda América Latina Al presente, contamos con 84 organizaciones en 18 países de América Latina y el Caribe que constituye una fuerza social movilizadora presente en todos los espacios que ofrezca propuestas alternativas a nivel de nuestro continente. **La CLOC es la aliada directa de la Vía Campesina Internacional en nuestro continente para a través de nuestros temas de trabajo, de nuestros ejes, acciones y espacios de articulación y movilización luchar contra el sistema patriarcal y capitalista que destruye a vida de campesinos y campesinas**” (grifo nosso)

⁶ Segundo Vieira (2011) a Ifap é uma organização de grandes e médios produtores que faz intermediação com grandes empresas multinacionais e com outros agricultores. E depois da criação da Via Campesina, a Ifap passou a incorporar pequenos produtores como forma de competir com o movimento. Além disso, essa federação possui posição privilegiada na participação em encontros de ONGs e na FAO, competindo com a Via na representação dos produtores.

Segundo Desmarais (2007) os agricultores de alguns países europeus organizaram uma Coordenação Camponesa Europeia (CPE), estimulando uma organização de camponeses a nível internacional. Sem dúvidas, essas experiências de organização internacional contribuíram para a criação da Via Campesina.

Com a mesma autora, a Via Campesina destacou-se no mundo na época em realizou-se uma Assembleia Global sobre Segurança Alimentar na cidade de Quebec no Canadá em 1995, quando lideranças do movimento denunciaram as péssimas consequências provocadas pelo avanço descontrolado do capitalismo no campo. Nas palavras da própria autora:

[...] in the Quebec events peasant and farm voices came through loud and clear as one farm leader after another eagerly came to the microphone to explain how things really were in the countryside. Most began their interventions by proudly declaring their allegiance to the Vía Campesina. For the first time in an international arena dominated by NGOs [non-governmental organizations], farm leader worked in a concerted and collective fashion to speak about their own realities in their own voices and reflecting their own analysis (p.124).

Após essa manifestação, a Via Campesina participou de outras, como a realizada em Seattle (EUA) em 1999, em Washington (EUA) e Praga (República Tcheca) no ano 2000, Gênova (Itália) em 2001 e Cancún (México) em 2003⁷.

Vieira (2011) destaca que após essas manifestações, o movimento firmou sua atuação em campanhas, que possibilitam ações coletivas em diversas regiões. Assim como, aderiu a participação em conferências, como o Fórum Social Mundial e as organizadas pela ONU e entre ONGs, a fim de influenciar as suas ideias nas instituições multilaterais.

Neste contexto, compreendemos que há uma disputa territorial provocada pela reprodução ampliada do capital e que é representada de um lado pelo território de resistência da Via Campesina e do outro pelo território das organizações multilaterais que se configuram em “dimensões de poder e controle social” (FERNANDES, 2005, p.32). Nessa disputa, a Via Campesina busca territorializar-se por meio de suas propostas contra hegemônicas, desafiando as organizações capitalistas dominantes (RAMOS FILHO, 2008; VIEIRA, 2008; FERNANDES, 2004).

⁷ Para mais detalhes dessas manifestações, conferir Vieira (2011; 2008) e Desmarais (2007).

De acordo com Vieira (2011), a Via Campesina procura formular propostas para dar um “rumo diferente às políticas econômicas e agrárias” e, também, “influenciar os centros de poder e de tomada de decisão dentro dos governos e nas instituições multilaterais” (p.200). Visto tais intentos, a Via Campesina discute, articula e promove estratégias e ações combativas e propositivas em relação a assuntos relevantes para/com sua luta contra hegemônica, tais como: “reforma agrária, biodiversidade e recurso genéticos, soberania alimentar, direitos humanos, agricultura camponesa sustentável, migração e trabalhadores rurais, questão de gênero” (VIEIRA, 2011, p.200). E esses temas destacados são coordenados por uma Comissão Técnica, contendo a participação dos movimentos articulados em pelo menos uma das comissões. No Brasil, o MST compõe a comissão da reforma agrária, enquanto o MPA representa a de soberania alimentar (VIEIRA, 2011).

Dentre essas, a proposta de soberania alimentar é a que tem marcado a construção de uma identidade interna e da criação de uma imagem externa da Via Campesina, justamente, por essa ideia se contrapor com a ideia de “segurança alimentar” defendida pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (DESMARAIS, 2007; VIEIRA, 2011, 2008). Para o movimento:

la ideia [de soberania alimentar] fue creciendo y actualmente forma un movimiento popular global promovido por una gran variedad de sectores sociales tales como pobres urbanos, grupos medioambientales, grupos de consumidores, asociaciones de mujeres, pescadores, pastores y otros muchos. Además, cuenta con el reconocimiento de numerosas instituciones y gobiernos (VIA CAMPESINA, 2011, p.2)

Essa ideia de soberania alimentar é, portanto, o principal projeto alternativo da Via Campesina. E conforme explica o movimento, a soberania alimentar é:

O direito dos povos, comunidades, e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como, aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmos e as suas sociedades. (VIA CAMPESINA, 2002).

Da mesma forma, Fernandes (2012) explicita a importância desse conceito na correlação de forças contra as organizações multilaterais. Segundo o autor a soberania alimentar da Via Campesina é o:

[...] direito dos povos, de seus países e uniões de estados em definir suas políticas agrícolas e alimentares, sem *dumping* a outros países; que as políticas agrícolas devam ser duradouras e solidárias, determinadas pelas organizações nacionais e pelos governos, suprimindo o poder das corporações multinacionais; da mesma forma as negociações agrícolas internacionais devem estar sob controle dos estados, sem a intervenção da Organização Mundial do Comércio – OMC (p.768).

Essa ideia de soberania alimentar configura-se como uma proposta de rompimento com a lógica neoliberal da produção e distribuição de alimentos em poucas empresas que leva a padronização da produção, da monocultura e da produção voltada para a exportação, elementos do Agronegócio (FERNANDES, 2012). Além disso, segundo Desmarais (2007), a proposta de Soberania da Via Campesina, busca defender uma mudança no sistema agrícola que favoreça a pequena agricultura e de uma distribuição de terras.

Não nos atentaremos para as demais ideias defendidas do movimento citadas anteriormente, mas ressaltamos a Soberania Alimentar como base do pilar do “projeto contra-hegemônico” (VIEIRA, 2011) da transformação que o movimento propõe.

Vieira (2011) destaca que o próprio nome do movimento congrega uma posição contrária ao modelo vigente e que o objetivo do movimento é de transformação da sociedade através de um caminho camponês. Conforme destaca a militante chilena Francisca Rodriguez, dirigente de uma organização membro da Via a *Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas* (Anamuri):

E é por isso que se chama Via Campesina, não é a confederação, não é a união internacional, **é esse processo em que nós estamos levando a cabo a construção de uma via alternativa, a partir dos camponeses, frente às políticas neoliberais** (RODRIGUEZ, 2007 apud VIEIRA, 2011, p. 181, grifo nosso).

E sobre o nome do movimento, Vieira (2011) destaca que o correto é usar a expressão em castelhano *La Vía Campesina*, mas usa-se a expressão sem o artigo. E, também, que a expressão não é traduzida em outras línguas, permanecendo-a em castelhano, justamente por ter uma alta participação da América Latina na sua consolidação.

Alem disso, a Via Campesina vem criando uma identidade do movimento, como forma de juntar a diversidade de movimentos camponeses, de diversas regiões em um só movimento, materializado na Via Campesina. Desmarais (2007) destaca que o movimento busca essa materialização através da simbologia (formada por um vestuário verde de bonés, lenços e camisetas), da mística⁸ e também de ações coletivas e campanhas.

A Via Campesina no Brasil: movimentos articulados e uma leitura geográfica.

Como salientado anteriormente, a Via Campesina articula diversos movimentos em ações, reivindicações e propostas, ultrapassando as fronteiras nacionais, territórios e escalas. Dessa forma, levantamos algumas questões que pretendemos responder nesse tópico ou no momento que a pesquisa avançar. Quais os movimentos que são articulados no Brasil? Qual a forma de ingresso no movimento? São movimentos com divergências políticas? São movimentos camponeses? Que ações o movimento articula? Contra quem são direcionadas essas ações?

Os autores Ramos Filho (2008) e Vieira (2011) destacam que os movimentos camponeses que compõem a Via Campesina Internacional no Brasil são o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). E junto a esses, é possível identificar outro três movimentos aliados⁹, mas que por não possuir uma base camponesa, compõem a Via Campesina Brasil (VIEIRA, 2011). São os seguintes movimentos: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR).

A forma que é incluída um novo movimento na Via Campesina é por meio da aceitação dos movimentos articulados e exige-se que esses contemplem as lutas sociais pela questão agrária. Explica Vieira (2011), que caso uma nova organização brasileira deseje integrar a Via Campesina, essa deve ter aprovação dos movimentos de base camponesa

⁸ A mística é outro fator que demonstra a importância dos movimentos latino americanos, em especial aos movimentos brasileiros, como o MST, por ser através desse movimento que inseriram essa simbologia.

⁹ Na publicação do artigo nos anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária, no ano de 2012, em Uberlândia (MG) intitulado de “A formação e as ações territoriais da Via Campesina no Brasil” (ver RIBEIRO & SOBREIRO FILHO, 2012), o autor declarou equivocadamente que os movimentos “não aliados”, ou, “movimento de base não camponesa” instituíam-se na Via Campesina Internacional. Enquanto, o certo, e de estes instituírem-se na Via Campesina Brasil.

e até pelos movimentos da América do Sul. Dessa forma, a autora afirma que pretende-se evitar as “divergências e disputas locais, nacionais e regionais” (p.203).

Nesse tópico propomos realizar uma leitura das ações da Via Campesina no Brasil de 2000 a 2010, em base do Banco de Dados da Luta pela Terra¹⁰ (DATALUTA), cujo banco é organizado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente.

No entanto, antes de entrarmos nos dados, definiremos os conceitos que norteiam essa pesquisa, a fim de, evitar ao leitor desentendimento teórico-metodológicas. Tomaremos em base três conceitos espacialização- territorialização, ação territorial e movimento socioterritorial.

A nossa concepção de espacialização é tomada por Fernandes (1994) o qual defende que tal ação é uma forma de materializar a luta na sociedade através de passeatas, bloqueios, ocupações de terra e de prédios públicos, ocupações e reocupações de terra e entre outros tipos de manifestações. Conforme destaca o autor, em base da espacialização do seu objeto de estudo que é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST):

Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É "escrever" no espaço através de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc. É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST (FERNANDES, 1994, p. 120).

O território é entendido como produto de uma relação social e não como uma delimitação espacial.

Em relação à denominação utilizada de ação territorial, salientamos que é uma apenas noção sem o rigor conceitual, adquirida de Mitidiero Junior (2008) que propõe estudar a Comissão Pastoral da Terra em base do que definiu de tal noção. Segundo o autor:

Em tese, qualquer ato com finalidade constitui uma ação no território, qualquer empresa humana na natureza impõe-se como ação territorial, a construção de uma casa ou uma simples machadada numa árvore explicita a ação social no território, mas, embora a existência

¹⁰ Esse banco foi criado em 1998 pelo prof^o.Dr^o Bernardo Mançano Fernandes e os atuais coordenadores são o prof^o Dr^o Eduardo Paulon Girardi e prof^oDr^o Ricardo Pires de Paula.

humana seja necessariamente territorializadora, **a noção de ação territorial aqui defendida está ligada a ações coletivas de parte da sociedade que, imbuída por ideologias, sentimentos, utopias e estratégias, visa transformar as estruturas injustas e perversas da organização sócio-territorial capitalista.** Então, a noção de ação territorial contém, de forma bem demarcada proposições em prol da justiça social com a conseqüente repercussão na forma de organização territorial da sociedade em questão (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p.69-70, grifo nosso).

Buscamos analisar a ação territorial da Via Campesina através de duas ações: a ocupação e a manifestação, cuja definição apresentara-se no próximo tópico após a definição de um outro conceito.

O conceito de movimento socioterritorial agrupa os conceitos bases de espacialização e territorialização. Fernandes (2001) para ilustrar a importância da compreensão desses conceitos para a pesquisa:

Os movimentos socioterritoriais realizam a ocupação através do desenvolvimento dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Ao espacializarem o movimento, territorializam a luta e o movimento. Esses processos são interativos, de modo que espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta (p.9).

As ações territoriais serão fundamentais para compreendermos a espacialização e territorialização da Via Campesina através das manifestações e ocupações realizadas no Brasil de 2000 a 2010.

As manifestações da Via Campesina no Brasil de 2000 a 2010.

A classificação de “Manifestação” é em base da tipologia do DATALUTA, e assim, consideramos as seguintes ações: acampamentos, bloqueios, caminhadas, celebrações religiosas, cercos a construções, concentrações públicas, interdições, jejuns, marchas, ocupações de agências bancárias, privadas e públicas, romarias e vigílias (RELATORIO DATALUTA). Essa categoria, ainda esta em processo de amadurecimento e, portanto, não os definirei, mas seguiremos com a relevância dessa prática espacialização e territorialização do movimento

De acordo com Martínez-Torres e Rosset (2010) a essência das manifestações para a Via Campesina...:

[...] has been built from the bottom up and is independent of governments, funders, political parties, NGOs, and non-peasant special interests. The agenda of La Vía Campesina is defined by La Vía Campesina and not by any other actors. It has built up and shown its strength in mobilizations and non-violent but radical direct actions,

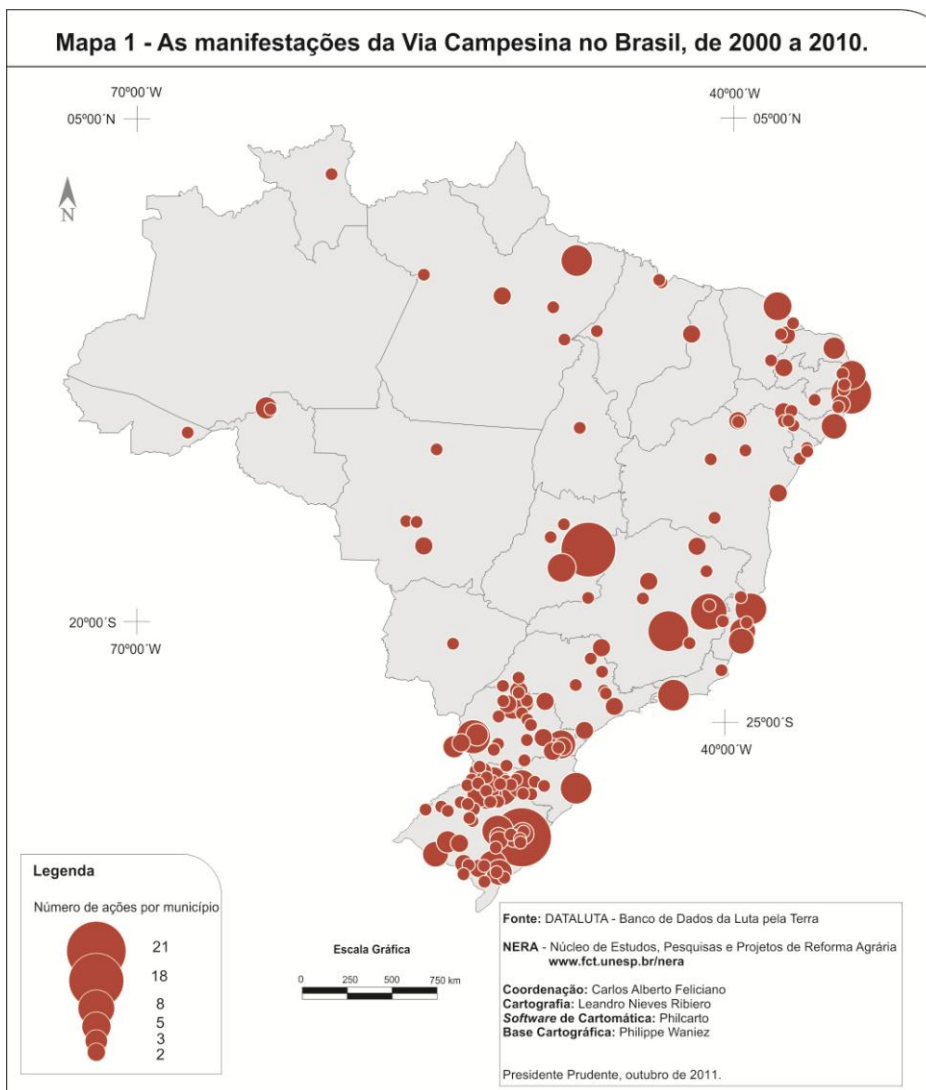
opposing the real powers in the world as an alternative, democratic, and mass-based peasant power base. (p.171).

Continuando com a análise das manifestações pelos movimentos camponeses, Fernandes (2001) destaca que essas possuem:

[...] intensificam as lutas e aumentam o poder de pressão dos trabalhadores nas negociações com os diferentes órgãos do governo. Igualmente expõem suas realidades, recebendo apoio e críticas da opinião pública e de diversos setores da sociedade. As caminhadas são formas de manifestação política produzidas na espacialização e produtores de espacialidades (p.10).

De acordo com Feliciano (2010) as manifestações podem possuir finalidades transformadoras ou até conservadoras dependendo dos movimentos que a praticam – no caso da Via Campesina as ações são a fim de uma transformação na sociedade como serão mostradas a seguir – e independentes de suas intenções, elas possuem o “potencial de pensar” e assim tornam-se incomodas pressionando os órgãos brasileiros, a mídia e a população.

Em base do DATALUTA, criamos o mapa seguinte sobre as manifestações realizadas pela Via Campesina, cuja ação é concentrada na região sul do Brasil, principalmente, no Rio Grande do Sul, contando com 21 ações somente no município de Porto Alegre. Percebe-se, também, que as duas regiões que não apresentam nenhuma ação são o Amazonas e o Amapá.



Através da Tabela 1, destacamos os tipos de manifestação realizada a cada ano, totalizando 366 manifestações ao longo de 2000-2010. Dessas, 30,6% das manifestações ocorreram através das concentrações públicas, 14% de bloqueios e 11% de marchas.

Tabela 1 - Tipos de manifestações da Via Campesina Brasil por ano

Ano/Tipologia	Acampamento	Bloqueio	Caminhada	Celebração religiosa	Cerco a construções	Concentração pública	Interdições	Jejum	Marcha	Ocup. agência bancária	Ocup. prédio privado	Ocup. prédio público	Outros	Romaria	Temática	Vigília	Total
2000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2001	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2002	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
2003	1	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	5
2004	1	10	1	-	-	5	-	-	2	8	2	1	10	1	2	1	44
2005	-	6	-	2	-	9	-	-	6	-	9	2	-	-	-	-	34
2006	2	1	5	-	-	8	-	-	6	-	1	3	-	-	-	1	27
2007	-	8	1	3	1	22	-	1	9	-	3	4	-	-	5	-	57
2008	2	13	2	-	-	27	1	-	4	-	14	12	-	-	5	1	81
2009	4	8	3	2	-	29	-	-	11	1	3	8	3	-	3	4	79
2010	4	5	6	-	1	10	-	-	1	1	1	5	1	-	2	1	38
Total	14	51	18	7	2	112	1	1	39	10	33	35	14	1	20	8	366

Org.: Leandro Nieves Ribiero **Fonte:** Dataluta.

Em seguida analisaremos a outra categoria e no final do artigo colocaremos as observações gerais.

As ocupações de terra da Via Campesina no Brasil de 2000 a 2010.

Em base do DATALUTA, as ocupações são entendidas aqui como aquelas destinadas ao latifúndio, originárias do latifúndio improdutivo e de empresas multinacionais.

A ocupação de terra é uma estratégia amplamente difundida pelos movimentos socioterritoriais. Fernandes (2001) defende a ocupação de terra como forma de territorialização da luta pela terra. Segundo o autor:

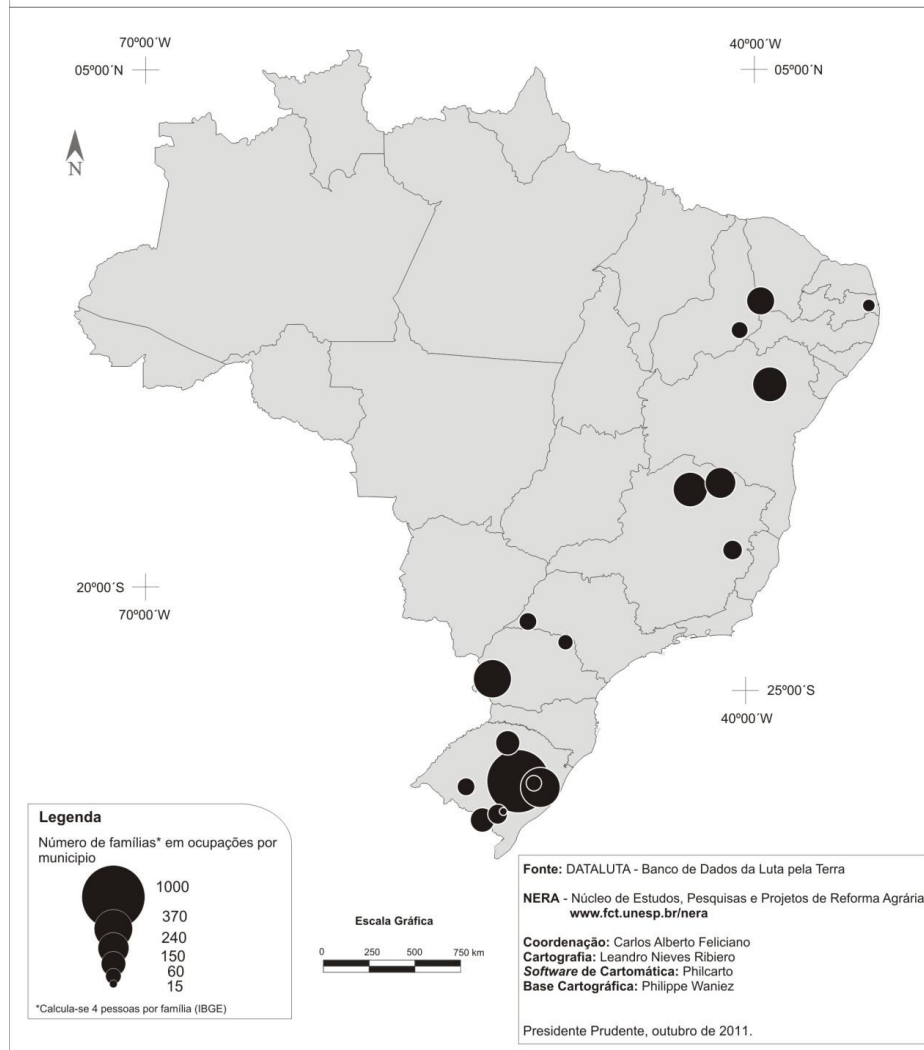
[...] a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra. A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classes (p.2).

E continuando seu raciocínio, a não realização da reforma agrária no Brasil levou a ocupação como um importante instrumento de acesso à terra e de resistência. Em relação a Via Campesina no Brasil, podemos ter uma ideia do pouco número de ocupações - ao todo são 25 - podendo ser visualizada no Mapa 2, que destaca o número de famílias em ocupações entre 2000-2010.

As ocupações da Via Campesina Brasil foram realizadas em apenas alguns estados, como: no Rio Grande do Sul, no Paraná, no oeste de São Paulo, em Minas Gerais, no nordeste da Bahia, em Piauí e na Paraíba. Assim como nas manifestações, a Via Campesina é relativamente ativa no Rio Grande do Sul.

De acordo com o DATALUTA, o município que contém o maior número de pessoas por ocupação é o Cachoeira do Sul (RS), totalizando 1.000 famílias. Em contrapartida, nesse mesmo estado, o município com menor participação de famílias por ocupação é o Piratini, com apenas 15 famílias. Nesse ponto, vale mencionar que a ocupação feita pela Via Campesina é direcionada em fazendas de empresas multinacionais, como a *Syngenta Seeds e Araracruz Celulose*, que ao contrário do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que ocupam, sobretudo, os latifúndios improdutivos e grilados.

Mapa 2 - Espacialização da Via Campesina no Brasil - Número de famílias em ocupações - 2000 a 2010.



Calendário de lutas da Via Campesina

A Via Campesina como forma de construir uma identidade, organiza ações coletivas a partir de um calendário de lutas do movimento, proporcionando a organização de diversas manifestações e/ou ocupação em vários lugares e até em momentos simultâneos.

Em base de Via Campesina (2001) as datas desse calendário de lutas se firmam em três datas, a saber:

- 8 de março – Dia Internacional da Mulher;
- 17 de abril – Dia Internacional da Luta Camponesa;
- 10 de setembro - Dia Internacional de Luta contra a OMC e o Neoliberalismo.

Essas três datas serão analisadas em seguida para compreender o motivo dessas ações e, averiguá-las se são realizadas no cenário brasileiro.

O 8 de março: Dia Internacional da Mulher

Desmarais (2007) e Vieira (2011) destacam o papel das mulheres na Via Campesina e que a inclusão da mulher é um dos focos do movimento. De acordo com os autores, a participação das mulheres impulsionou-se no movimento após a II Conferencia de Tlaxcala (México) em 1996, com a organização de fóruns de discussões¹¹. Além disso, a temática de inclusão do gênero foi incorporada ao movimento após essa Conferencia.

Com isso, a data de 8 de março, considerado internacionalmente como o dia da mulher, foi atribuída ao calendário de lutas do movimento. Segundo o movimento a data destina-se para:

comemorar a luta e honrar a memória das mulheres trabalhadoras do campo e da cidade e das feministas que lutam contra o capitalismo e contra o fim da violência capitalista e patriarcal. [...] A data é fundamental para a conquista dos nossos direitos e é com muita força que lutamos por uma sociedade com novas relações sociais e de poder, onde as mulheres e os homens tenham oportunidades, direitos e deveres iguais (apud ADITAL, 2013, não paginado).

Essa data, diferente das outras ainda a serem expostas, possui alta representatividade nas ações do movimento. E através do DATALUTA, destacamos que das totais 366 manifestações realizadas pela Via Campesina, no ano de 2000 a 2010, o movimento realizou 47 ações com a temática sobre mulher, ou seja, correspondente a aproximadamente 12,9% das ações da Via.

Continuando com os dados do banco, seguimos para análise da tabela 2 que representa a quantidade de manifestações, por Unidade Federativa (UF), no Dia Internacional da Mulher.

Tabela nº 2 – Quantidade de manifestações com a temática sobre mulher, por Unidade Federativa, da Via Campesina, de 2000 a 2010.

UF	Nº de ações.
Acre	1

¹¹ De acordo com Vieira (2011) ocorreu três assembleias internacionais das mulheres. A primeira no ano de 2000 e a segunda em 2004, antecedendo as conferencias de Bangalore (Índia) e de São Paulo (Brasil). A terceira é realizada, no ano de 2006, em Santiago de Compostela (Espanha).

Alagoas	4
Bahia	2
Ceara	2
Espírito Santo	4
Goiás	2
Maranhão	1
Minas Gerais	1
Para	2
Paraná	2
Pernambuco	5
Rio de Janeiro	2
Rio Grande do Sul	10
Santa Catarina	1
São Paulo	5
Sergipe	3
Total	47

Fonte: DATALUTA, 2011. Org.: Leandro Nieves Ribeiro. 10 de julho de 2013.

Pela tabela, identificamos outra vez a concentração das ações no Rio Grande do Sul. E das 27 UFs do Brasil, consta-se a ação em apenas 16 unidades.

Na próxima tabela, apresentamos as ações realizadas no dia 8 de março. Ao todo, somam-se 22 ações em 13 UFs, correspondendo a 46,8 % das ações com a temática sobre a mulher e, aproximadamente 6,02% das ações totais da Via Campesina.

Tabela nº 3 - Ações realizadas somente no Dia Internacional da Mulher, de 2000 a 2010.

UF	Nº de ações
-----------	--------------------

Acre	1
Alagoas	1
Bahia	2
Ceara	1
Espírito Santo	4
Goiás	2
Para	1
Paraná	1
Pernambuco	2
Rio Grande do Sul	3
Santa Catarina	1
São Paulo	2
Sergipe	1
Total	22

Fonte: DATALUTA, 2011. Org.: Leandro Nieves Ribeiro. 10 de julho de 2013.

Em relação a ocupação, constamos uma única ação no dia 8 de março no Brasil, datada em 2006. A localização de tal ação foi na Barra do Ribeiro (RS) numa área pertencente à Aracruz Celulose. Interessante em pontuar que nessa ocupação, as mulheres camponesas destruíram as mudas de eucalipto em forma simbólica, em decorrência, ao evento promovido pelo governo brasileiro e pela FAO, da Conferência Internacional da Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) em Porto Alegre (RS) (RAMOS FILHO, 2008). E de acordo com Vieira (2008b), esse ato simbólico elevou a construção da identidade das mulheres para o movimento trazendo “[...] um ‘sentimento’ em relação à terra e ao modo de vida camponês dentro e fora da Via Campesina” (p.157), e, de acordo com Ramos Filho (2008) esse ato levou a consolidar a “Campanha contra os Desertos Verdes (p.328).

Vieira (2011) destaca um trecho de uma declaração de uma entrevista da Francisca Rodríguez relatando a relevância das mulheres na construção da Via Campesina e da distinção com outros movimentos:

Se não fôssemos nós, as mulheres, esta organização, seria um movimento de lutas econômicas e reivindicativas, e não um movimento que hoje reivindica a identidade, reivindica a cultura, reivindica os territórios, reivindica o direito a respirar. Então, isso é o que faz a riqueza da Via Campesina. Nós somos as porta-vozes do movimento [...]. (entrevista com Rodríguez, Francisca, 19/03/07, apud, VIEIRA, 2011, p.212).

Por fim, a relevância das mulheres na construção da Via Campesina está evidenciada pelas suas participações no movimento, desde as ações territoriais (ocupações, destruição de mudas, jornada das mulheres...) até pela organização de fóruns de debate (Conferência das Mulheres, Semana da Mulher...). E a atuação do movimento na data, destinada para memorizar a luta pelos direitos das mulheres, é bem ativa nas manifestações e no cenário brasileiro.

O 17 de abril: Dia Internacional da Luta Camponesa

Durante a II Conferência Internacional da Via Campesina, em Tlaxcala (México) no ano de 1996, ocorreu o Massacre do Eldorado dos Carajás (Pará) com o assassinato de 19 camponeses do MST e mais de 60 feridos pela Polícia Militar, para desbloquear a rodovia PA-150 no Sudeste do Pará¹². Segundo Vieira (2011) o massacre foi amplamente repercutindo pela mídia mundial e na Conferência, a Via Campesina condenou o assassinato e considerou a data, 17 de abril, como o Dia Internacional da Luta Camponesa. Marcando essa data por realizar diversas ocupações de terra e manifestações em vários países e, principalmente, no Brasil.

Cubas (2009) descreve o contexto que antecedeu o Massacre de Eldorado dos Carajás e o que isso impulsionou na luta pela terra. De acordo com o autor, a transição política com a eleição de Fernando Henrique Cardoso na presidência em 1994 e dos discursos “pró-Reforma Agrária” culminaram no descontentamento do MST em pressionar o governo pela Reforma Agrária. E no ano de 1997, o movimento organizou a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça” durando dois meses até chegar em Brasília.

¹² Ver mais informações sobre Sakamoto (2012) e Albuquerque (2012).

No Brasil, as ações do movimento, em memória ao massacre, elevaram a inúmeras manifestações - denominado essa época de “Abril Vermelho”. A Via Campesina Brasil, por sua vez, também atua nessa data.

Pelo DATALUTA, identificamos a quantia de 1.123 manifestações no mês de abril de 2000 a 2010. Porém, apenas 40 foram realizadas pela Via Campesina, enquanto, o MST é identificado como participante de boa parte dessas ações.

E 55% dessas ações da Via Campesina no mês de abril são em relação a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, Mobilizações pela mudanças política econômica e ate ocupações em prédio publico. Em relação às ocupações, a Via Campesina realizou uma única ação no mês de abril de 2000 a 2010.

Uma hipótese a ser avaliada é de a temática atribuída ao mês de abril, significar para os movimentos camponeses, essencialmente pelo MST, um momento de pressionar o poder publico para a realização da Reforma Agrária, da impunidade dos atos de violência contra os militantes¹³, do descaso com o pequeno agricultor e entre outros.

O 10 de setembro: Dia Internacional de Luta contra a OMC e o Neoliberalismo

Essa data foi marcada por um suicídio do camponês coreano Lee Kyung Hae durante a mobilização da Via Campesina na Conferencia Ministerial da OMC na cidade de Cancún no México em 2003. O suicídio foi presenciado pela mídia que acompanhava a manifestação e amplamente divulgado (VIEIRA, 2011). Segundo Martinez-Torres & Rosset (ano), momentos antes do ato marcante, o coreano segurou um cartaz com a mensagem: A OMC mata os camponeses.

Os autores descrevem o coreano como diferente de outros camponeses, fundou uma cooperativa e uma associação de fazendeiros, foi deputado estadual e até reconhecido como a *outstanding farmer* (p.162) pelo governo e pelas Nações Unidas. No entanto, salientam os autores, que mesmo assim Lee Hyung Hae perdeu sua terra, e da mesma forma que outros coreanos também perderam, após o governo assinar com o GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio¹⁴ - em 1992. E isso acarretou a abertura do

¹³ Ver Feliciano (2006) e Sakamoto (2012).

¹⁴ O GATT, no final da Rodada Uruguai em 1995, iniciou uma nova fase com a criação da Organização Mundial de Comércio. De acordo com Rêgo (1996) “A OMC não é apenas um Gatt ampliado. Este era um acordo multilateral, de caráter provisório e sem base institucional, com uma pequena secretaria associada, Desde a sua criação, o Gatt contribuiu efetivamente para a remoção das barreiras comerciais mundiais, mas nunca teve poder suficiente para impedir que alguns de seus signatários se desviassem por caminhos protecionistas. Isso se deveu, em parte, à fragilidade de seus mecanismos de solução de

comercio coreano e barateou o preço da comida importada, cortando o fundo de mercado para os camponeses coreano levando ao endividamento dos empréstimos agrícolas dos camponeses. Isso levou a Lee H.Hae a perder a fazenda herdada de seus ancestrais e que não poderia viver com essa desonra (MARTINEZ-TORRES & ROSSET, 2010).

Essa influencia do GATT, segundo os autores, é um dos maiores problemas enfrentado pelos camponeses nos anos 80 e 90, pois gerou um rápido declínio dos preços agrícolas e da pecuária e a Coreia não foi o único país se a desestruturar, levando a diversos camponeses de variadas nacionalidades ao mesmo destino fatídico de Lee Hyung Hae.

Segundo as palavras dos autores: “Korea is not the only country to be faced with an epidemic of farmer suicides, which have in fact reached epidemic proportions in recent years among peasants and family farmers around the world, from Iowa to India to Mexico” (p.163).

Por isso, essa data do suicídio do coreano para a Via Campesina fortalece uma identidade do movimento, buscando em todos anos memorizar a mazelas da falta de subsidio ao pequeno agricultor/campesinato.

Levantando a atuação da Via Campesina no Brasil sobre a data mencionada e não identificamos nenhuma ação específica que conste sobre o “Dia Internacional de Luta contra a OMC e o Neoliberalismo”. No entanto, há diversas manifestações e ocupações¹⁵ que demonstram a luta da Via Campesina no Brasil contra a hegemonia de organizações multilaterais e do neoliberalismo. Por isso, de certa forma, essa data torna-se uso em outros continentes e em momento paralelos a reuniões dessas organizações como forma de pressionar os representantes dessas organizações.

Considerações Finais

A Via Campesina é atualmente um dos movimentos que se destacou no cenário mundial em relação a sua luta contra o capital, materializado no Agronegócio. A criação desse movimento é produto das relações dialéticas capitalista, marginalizando o camponês na reprodução de suas relações e que em sua base de existência consta-se a questão agrária.

controvérsias comerciais, extremamente suscetíveis a bloqueios. Já a OMC, ao contrário, é uma organização permanente, com personalidade jurídica própria e com o mesmo status do Banco Mundial e do FMI. Os compromissos sob seus auspícios são absolutos e permanentes, e o seu sistema de solução de controvérsias é mais efetivo e menos sujeito a bloqueios (RÊGO, 1996, p.10).

¹⁵ Fabrini et.al (2012) destacam a ação em 2006, da Via Campesina na Unidade Experimental da *Syngenta Seeds*, em Santa Tereza do Oeste, no Paraná.

A articulação com outros movimentos e de suas ações coletivas elevaram o grau de combatividade e de pressionamento da Via Campesina, contribuindo para a sua disputa contras as organizações multilaterais.

No Brasil, através do DATALUTA, identificamos que as ocupações de terras são direcionadas a fazendas de empresas multinacionais. No entanto, a principal forma de espacializar a luta pela/na terra, é pelas manifestações, que consomem as ruas brasileiras revogando os seus direitos e por reivindicações de melhoria nos campos brasileiros. .

Através dessas duas formas de lutas, o movimento se expressa e confronta os modelos dominantes, sendo lutas elementares para a sua condição de existência, resistência e consolidação no espaço da luta pelos seus projetos alternativos.

O movimento organiza um calendário de lutas em comum a fim de construir uma identidade e unidade no movimento, lembrando todos os anos nessas datas específicas, os fatos históricos que marcaram e reivindicando sua luta para uma via alternativa.

A participação das mulheres na construção da Via Campesina é evidenciada através das ações e organização de fóruns de discussão. E no Brasil, há uma relevante participação das mulheres na organização do movimento e dos movimentos que a compõem, e assim como, o dia internacional da mulher é marcado por inúmeras manifestações e ato simbólicos, como em Fabrini (2012) e Ramos Filho (2008).

A violência no campo e a impunidade desses crimes é um fato que marca as historias dos movimentos camponeses, principalmente, no Brasil. E o Massacre do Eldorado dos Carajás (Pará) marcou para sempre o mês de abril, consagrando essa data no calendário de lutas da Via Campesina, levando a organização de manifestações em outros países.

Os efeitos destrutivos do acordo de alguns países com o GATT levou o suicídio de diversos camponeses que não conseguiram reverter o seu endividamento, após um rápido barateamento do produto agrícola e da perda de suas terras. Inclusive, levou ao suicídio do *outstanding* coreano Lee Hyung Hae, que mesmo com sua particularidade, não conseguiu evitar a falecia de seus negócios e que tal ato, perante a mídia, durante o protesto da Via Campesina ao lado de fora da Conferencia Ministerial da OMC, chocou o mundo e marcou esse dia como o “Dia Internacional de Luta contra a OMC e o Neoliberalismo”.

Referências Bibliográficas

ADITAL. Via Campesina convoca ações de mobilização para o dia 8 de Março 06 de março de 2013. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=74009>. Acesso em 10 de julho de 2013.

ALBUQUERQUE, Luis Felipe. Envolvidos no massacre se entregam à polícia; MST espera que comandantes cumpram pena. 7 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.mst.org.br/Tribunal-de-Justica-do-Para-determina-prisao-de-envolvidos-no-Massacre-de-Eldorado-dos-Carajas>. Acesso em 10 de maio de 2013.

CUBAS, T.E.A. Estudo da contribuição da imprensa na representação dos camponeses e ruralistas no Pontal do Paranapanema de 1998 a 2008. 107 f. Monografia (curso de Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

CLOC. Quiene somos?.[200?] Disponível em: <http://www.cloc-viacampesina.net/pt/quienes-somos>. Acesso em: 10 de julho de 2013.

DATALUTA: Banco de dados pela luta pela terra. Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. Unesp: Presidente Prudente, 2011.

DESMARAIS, Annette. La Via Campesina: Globalization and the Power of peasants. Fernwood Publishing: Halifax? 2007.

FABRINI, João Edmilson; ROSS, Djoni; MARQUES Erwin Becker et.al. Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR. REVISTA NERA. Nº 21, v.15. Jul.-dez./2012

FERNANDES, Bernardo Mançano. Via Campesina. In: CALDART, R,S (orgs.); et al. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. p.765-767.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA. Presidente Prudente: ano 8, n.6, 2005. p.24-34.

_____. A ocupação como forma de acesso à terra. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, 23., 2001, Washington. DC, 2001. p.1-19. Disponível em http://docs.fct.unesp.br/nera/publicacoes/fernandes_ocupacao.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Ocupar e resistir para viver**: Ações e práticas dos movimentos agrários no início do século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 20., 2010, Francisco Beltrão. Paraná: Unioeste, 2010.

MARTÍNEZ-TORRES, María Elena; ROSSET, Peter Miguel. **La Vía Campesina**: the birth and evolution of a transnational social movement. Journal of Peasant Studies, v.37, n.1, p149-175, jan. 2010.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da

Paraíba. Tese (Doutorado), Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo:USP. 501f. 2008.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. Questão agrária atual: Sergipe como referencia para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). 2008. 428 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

RÊGO, ELBA CRISTINA LIMA. Do Gatt à OMC: O que Mudou, como Funciona e para onde Caminha o Sistema Multilateral de Comércio. Dez.1996. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Comercio_Exterior/199612_6.html . Acesso em 10 de julho de 2013.

SAKAMOTO, Leonardo. Por que o Massacre de Carajás permanece impune? 17 de abril de 2012. Disponível em: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2012/04/17/por-que-o-massacre-de-eldorado-dos-carajas-permanecera-impune/>. Acesso em 10 de maio de 2013.

VIEIRA, Flávia Braga. Via Campesina: um projeto contra-hegemônico?. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA. TRABALHADORE(A)S EM MOVIMENTO: CONSTITUIÇÃO DE UM NOVO PROLETARIADO?, 3. Londrina, 2008a.

_____. Dos proletários unidos à globalização da esperança: Um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina. 2008b. 220 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. Dos proletários unidos à globalização da esperança: Um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina. 1ª edição. Alameda: São Paulo, 2011.

VIA CAMPESINA. ¿Quién somos?: La voz de las campesinas y de los campesinos del mundo.9 fev. 2011. p.1-4. Disponível em: <http://viacampesina.org/sp/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=27&Itemid=44>. Acesso em: 10 mai. 2011.

VIA CAMPESINA. NGO Forum Declaration in the World Food Summit of FAO (Rome+5). Roma, junho de 2002.